

**Mulheres Estudantes na Educação de Jovens e Adultos: Uma Análise da Produção  
Acadêmica Brasileira<sup>1</sup>**

Luísa Koziniewski Todesco

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rochele Fellini Fachinetto

**Resumo:** Este artigo visa compreender como tem se configurado a produção acadêmica brasileira que define como tema de pesquisa a questão das mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Utilizando a metodologia de pesquisa bibliográfica, foram analisadas 107 teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. A pesquisa revelou que, apesar dos avanços significativos tanto no volume de produção quanto na diversidade dos temas abordados, ainda persistem desafios importantes, como a necessidade de maior variação metodológica e a inclusão de temas sub-representados, além da expansão das pesquisas para outras regiões e universidades do país. Este artigo contribui para o campo da Educação e dos Estudos de Gênero ao atualizar o estado da arte sobre as mulheres estudantes da EJA, mapeando avanços, interesses e lacunas. Investigar e expandir o entendimento sobre essa modalidade de ensino e suas estudantes é fundamental para garantir uma educação inclusiva e representativa, além de contribuir, em última análise, para a melhoria das condições educacionais e de vida dessas mulheres.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos (EJA); Mulheres na EJA; Produção acadêmica; Pesquisa bibliográfica.

**Abstract:** This article aims to understand how Brazilian academic production focused on women students in Youth and Adult Education has been configured. Using a bibliographic research methodology, 107 theses and dissertations available in the Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES and the Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações were analyzed. The research revealed that, despite significant advances in both the volume of production and the diversity of topics covered, important challenges remain, such as the need for greater methodological variation and the inclusion of under-represented topics, as well as the expansion of research to other regions and universities in the country. This article contributes to the field of Education and Gender Studies by updating the state of the art on women students in the EJA, mapping advances, interests and gaps. Investigating and expanding the understanding of this type of education and its students is fundamental to guaranteeing an inclusive and representative education, as well as ultimately contributing to improving the educational and living conditions of these women.

**Keywords:** Youth and Adult Education (EJA); Women in EJA; Academic production; Bibliographical research.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura no formato de artigo acadêmico apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) caracteriza-se como uma modalidade de ensino destinada àqueles que, por diversos fatores, não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade cronológica apropriada (BRASIL, 1996). Conforme Haddad e Di Pierro (2000, p. 108), a EJA sempre compreendeu, tanto no passado como no presente, “um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais”. Dessa forma, a EJA deve ser considerada parte integrante da história da educação no Brasil, como uma das arenas em que vêm se empreendendo esforços substanciais para a democratização do acesso ao conhecimento (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Atualmente, a EJA é regida no Brasil por um conjunto de leis, diretrizes e normas estabelecidas pelo governo federal e pelas autoridades educacionais. Entre os principais instrumentos legais e regulamentares que orientam a EJA está a Constituição Federal de 1988, cujo inciso I do artigo 208 determina que “o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria” (BRASIL, 1988, p. 185). Este mandamento constitucional é reiterado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No inciso IV do seu artigo 4º, a LDB reafirma o compromisso com o acesso público e gratuito à educação. Além disso, o artigo 37 da LDB traduz os fundamentos da EJA, adaptando-os às características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho (BRASIL, 1996).

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei n.º 13.005/2014, tem como uma de suas metas ampliar as oportunidades de educação para jovens e adultos, tanto para a elevação da escolaridade quanto para a qualificação profissional. Dessa forma, o PNE assume um compromisso com a inclusão social e a democratização do acesso à educação e ao trabalho, visto que a Meta 10 busca atender, especialmente, uma população que muitas vezes foi marginalizada em termos de oportunidades educacionais e profissionais (BRASIL, 2014). Por fim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA), estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), fornecem princípios, fundamentos e procedimentos para a organização e oferta da EJA no Brasil. As diretrizes destacam a importância de adaptação curricular às necessidades dos jovens e adultos, de articulação entre EJA e educação profissional, e de inclusão de práticas pedagógicas que considerem a experiência de vida dos alunos (BRASIL, 2000). Os

dispositivos legais que regem a EJA são essenciais para garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para jovens e adultos. Eles estabelecem um marco normativo claro, proporcionando diretrizes para a criação de programas e alocação de recursos, além de oferecer uma segunda chance educacional a indivíduos excluídos do sistema regular.

Historicamente, a EJA é construída por pessoas de diferentes raças, gêneros, gerações, orientações sexuais, pessoas privadas de liberdade e aquelas com necessidades educacionais especiais (LIMA; WIESE; HARACEMIV, 2021). Conforme Arroyo (2007, p. 07), “a EJA tende a configurar-se, cada vez mais, como um projeto de educação popular dos jovens e adultos jogados à margem”. Imbuídas nesse cenário estão as mulheres, que representam atualmente 51,9% do total de matrículas na EJA (BRASIL, 2024a). Além disso, o Censo Escolar de 2023 aponta que mais da metade das matrículas de mulheres nessa modalidade de ensino são de pretas e pardas. A predominância de mulheres na EJA pode ser atribuída a diversos fatores socioeconômicos, culturais e históricos. Entre esses fatores, as questões de gênero se destacam como fundamentais tanto nos processos que levam ao abandono do estudo regular quanto no retorno das mulheres à escola na modalidade de EJA (NARVAZ; SANT’ANNA; TESSELER, 2013).

Apesar dos diversos avanços em relação à igualdade de gênero, o papel da mulher ainda é permeado por resquícios de tradicionalismo, onde ela é frequentemente vista como a principal cuidadora da família e responsável pelo zelo do lar. Essa perspectiva contribui para o afastamento das mulheres da escola, pois muitas abandonam os estudos em função de responsabilidades familiares e domésticas, enquanto os homens o fazem em função do mercado de trabalho (NARVAZ; SANT’ANNA; TESSELER, 2013). No entanto, embora as questões de gênero demarquem a ocupação diferenciada dos espaços de saber-poder, a produção acadêmica ainda aborda de forma bastante embrionária as discussões acerca dos desafios impostos à escolarização da mulher na EJA (EITERER; DIAS; COURA, 2014). A propósito, Rosemberg, Pinto e Negrão (1982), há mais de quarenta anos, já destacavam o aumento significativo do grau de escolarização das mulheres no Brasil. Contudo, as autoras afirmavam que pouco ou quase nada se sabia sobre os efeitos dessa escolarização e sobre como as mulheres a utilizam em suas vidas.

Por conseguinte, o presente estudo tem como problema de pesquisa a questão: como tem se configurado a produção acadêmica brasileira que define como tema de pesquisa a questão das mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos? Investigar essa produção é crucial para entender tanto a evolução quanto o estado atual do conhecimento sobre este grupo específico em contextos educacionais. A análise das publicações existentes permite

identificar como as questões de gênero e as especificidades das experiências das mulheres têm sido abordadas ao longo do tempo e quais tendências emergentes estão moldando o campo na atualidade. Esse tipo de investigação revela lacunas no conhecimento e destaca aspectos sub-representados, além de abrir portas para novas pesquisas que proporcionem uma visão mais completa e aprofundada sobre a experiência das mulheres na sala de aula. Além disso, uma revisão da literatura pode estimular novas perspectivas e metodologias no campo da EJA, enriquecendo o debate acadêmico e informando a formulação de estratégias educacionais mais inclusivas e eficazes, com o potencial de melhorar significativamente as condições de aprendizado e desenvolvimento das mulheres.

Dessa forma, o objetivo geral deste artigo foi compreender como tem se configurado a produção acadêmica brasileira que define como tema de pesquisa a questão das mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Buscando essa compreensão, sistematizou-se o caminho investigativo com base nos seguintes objetivos específicos: 1) identificar quais temas relacionados à EJA e às mulheres têm sido mais pesquisados; 2) examinar quais instrumentos de geração de dados são mais comuns; 3) identificar o perfil das/os autoras/es e das/os orientadoras/es; 4) verificar o número de teses e dissertações produzidas por tipo de instituição de ensino superior e por região do Brasil; 5) identificar as possíveis lacunas da produção acadêmica existente sobre o referido tema.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, tendo dissertações e teses como objetos de análise. Conforme Lima e Miotto (2008), a pesquisa bibliográfica é amplamente empregada em estudos exploratórios e descritivos, especialmente quando o objeto de estudo proposto é pouco estudado, dificultando a formulação de hipóteses precisas. Ela permite um amplo alcance de informações a partir de diversas fontes, auxiliando na construção e definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto. Lima e Miotto (2008, p. 44) destacam “a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas”.

Para a revisão da literatura, foram identificadas, selecionadas e analisadas produções acadêmicas relevantes para o tema em questão. Optou-se por dissertações e teses devido à sua natureza detalhada, revisões de literatura abrangentes e descrições metodológicas extensivas. Essas produções, revisadas por pares e elaboradas por pesquisadores de pós-graduação, garantem uma análise mais aprofundada do tema. Além disso, as teses e dissertações publicadas estão disponíveis em bases de dados especializadas, facilitando a busca pelas

produções. Duas bases de dados acadêmicas foram consultadas: o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Utilizaram-se conjuntos de palavras-chave relacionadas ao tema, como “educação de jovens e adultos” AND “mulheres” e “EJA” AND “mulheres”. O operador booleano AND indica para a base de dados que os dois termos precisam estar atribuídos aos documentos para que estes sejam recuperados. A seleção das fontes foi baseada em critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, e foram excluídas aquelas que não estavam relacionadas ao tema da EJA e das mulheres estudantes.

Foram encontrados 260 resultados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Esses resultados foram divididos em duas categorias: 144 resultados com o conjunto de palavras-chave “educação de jovens e adultos” AND “mulheres” e 116 resultados com o conjunto “EJA” AND “mulheres”. Após a exclusão de duplicatas e das pesquisas que não apresentavam relação com o tema proposto, restaram 90 resultados. Desses, 75 estavam associados ao conjunto “educação de jovens e adultos” AND “mulheres”, e 15 ao conjunto “EJA” AND “mulheres”.

Já na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontrados 328 resultados ao todo, divididos em: 177 resultados com o conjunto de palavras-chave “educação de jovens e adultos” AND “mulheres” e 151 resultados com o conjunto “EJA” AND “mulheres”. Após a exclusão das repetições e dos textos que não se relacionavam com o tema das mulheres estudantes da EJA, restaram 17 produções acadêmicas. Dessas, 16 estavam associadas ao conjunto “educação de jovens e adultos” AND “mulheres”, e 1 ao conjunto “EJA” AND “mulheres”. A base de dados final das pesquisas incluiu um total de 107 produções acadêmicas que abordavam a questão das mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

As 107 produções foram registradas em uma planilha, com o fim de serem identificados padrões, lacunas e convergências na literatura. A planilha incluiu um conjunto de categorias, abrangendo desde as mais descritivas e estruturadas até aquelas voltadas para análises qualitativas. O primeiro grupo de categorias incluiu: instituição de ensino superior, tipo de instituição, região e estado do país, programa de pós-graduação, gênero do/a autor/a, tipo de trabalho de conclusão, ano de defesa, palavras-chave, área de concentração, linha de pesquisa, e gênero do/a orientador/a. O segundo grupo incluiu o tema da pesquisa, a metodologia e os instrumentos de coleta de dados utilizados, identificados a partir da leitura dos resumos das produções. Esse processo de organização e caracterização possibilitou uma análise mais detalhada e estruturada do panorama das pesquisas sobre mulheres estudantes da

EJA, permitindo identificar tendências emergentes e áreas que necessitam de mais investigação.

Por fim, o presente artigo, além desta introdução, compreende mais quatro seções: 2) Balanço dos estudos sobre EJA e mulheres no Brasil: uma revisão da literatura; 3) Panorama da produção acadêmica brasileira sobre mulheres estudantes na EJA: resultados e interpretações; 4) Considerações finais e futuras direções; 5) Referências.

## **2. BALANÇO DOS ESTUDOS SOBRE EJA E MULHERES NO BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

No início dos anos 2000, Haddad coordenou um estudo visando detectar e discutir os temas emergentes na pesquisa sobre educação de jovens e adultos no Brasil. O estudo analisou a produção discente da pós-graduação *stricto sensu*<sup>2</sup> em educação, expressa em teses de doutoramento e dissertações de mestrado, no período de 1986 a 1998. Durante esse período, foram defendidas 222 teses e dissertações acadêmicas relacionadas ao tema, com um claro predomínio das dissertações de mestrado, que constituíram 91% da produção (HADDAD, 2000). A análise mais detalhada das 222 obras encontradas no estudo revelou à equipe que algumas delas não eram pertinentes ao recorte temporal e temático estabelecido, reduzindo o total de documentos a serem analisados para 183. Dentre esses, apenas duas produções abordavam especificamente o tema das mulheres da EJA.

A pesquisa de Silva (1998) visou entender como a alfabetização contribui para a vida das mulheres, analisando suas motivações, expectativas, necessidades, dificuldades cotidianas, acesso e permanência na escola. Por sua vez, a pesquisa de Barbosa (1994) avaliou os efeitos da alfabetização na vida profissional, familiar e pessoal dos alunos, dando atenção especial ao relato das mulheres e constatando mudanças apenas do ponto de vista pessoal dos alfabetizados. Haddad (2000) observa que, apesar de ainda predominar uma visão homogeneizadora dos educandos, tratados genericamente como “alunos” ou “trabalhadores”, começavam a surgir estudos focados na construção de identidades singulares (geracionais, de gênero, étnicas, culturais) e na dimensão da subjetividade dos estudantes. Em algumas pesquisas analisadas, destacava-se a crescente presença de mulheres e jovens nas salas de aula da EJA. Haddad (2000) argumenta que este parecia ser um fenômeno interessante e que necessitava de maior aprofundamento.

---

<sup>2</sup> As pós-graduações *stricto sensu* incluem programas de mestrado e doutorado, com diploma ao final do curso, e são destinadas a graduados que atendam aos requisitos das instituições e aos editais de seleção. As pós-graduações *lato sensu* englobam especializações e MBAs, conferindo um certificado em vez de um diploma, e também são abertas a graduados que cumpram os requisitos das instituições.

Conforme Paiva, Haddad e Soares (2019), na década de 1980, evidenciava-se o crescimento de pesquisas sobre a EJA no Brasil. Esses estudos concentravam-se principalmente na alfabetização de adultos, na falta de políticas públicas e na ausência de compromisso do Estado com essa modalidade de ensino. As pesquisas eram discutidas em diversos grupos de trabalho, sem que houvesse um espaço específico e contínuo para a discussão entre os pesquisadores da área. O crescimento das pós-graduações em educação nas universidades do país resultou em mais pesquisas abordando a temática da EJA e destacou a necessidade de um espaço que reunisse discussões específicas do campo. Como resultado, houve a criação do Grupo de Trabalho (GT) de EJA na 20ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 1997. Ao completar dez anos de criação, um estudo encomendado a Soares (2011) reuniu o conjunto de pesquisas de 1998 a 2008 do GT18, revelando um número expressivo de trabalhos nas temáticas de políticas públicas, alfabetização e currículo e práticas pedagógicas. Somente 9 dos 116 trabalhos analisados por Soares (2011) abordavam a temática dos sujeitos da EJA. Segundo Soares (2011), a noção de “sujeito aluno” estava começando a surgir nas pesquisas, o que explicava, em certa medida, o número reduzido de estudos sobre esse tema.

Com o avanço da democratização, a educação de adultos passou a abordar questões relacionadas aos direitos de cidadania como uma parte fundamental do processo educativo. Isso incluiu a conscientização sobre direitos que historicamente foram negados e a discussão de temas relacionados à raça e ao gênero (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019). Dessa forma, a educação de adultos não se limitou mais à simples alfabetização, mas também passou a envolver o empoderamento dos educandos, ajudando-os a reconhecer e reivindicar seus direitos. A complexidade do mundo contemporâneo “demandava não só o domínio do código da leitura e da escrita, mas também competência como leitor e escritor de seu próprio texto, de sua história, de sua passagem pelo mundo” (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019, p. 18).

Na contemporaneidade, de acordo com essa compreensão, pesquisas em educação de adultos verificaram que o campo se manteve adquirindo novos sentidos, tensionados principalmente pela ampliação do público jovem entre os adultos. Todavia, enquanto o campo das juventudes tem se desenvolvido, os autores apontam que um tema ainda pouco explorado é a realidade dos idosos que retornam à escolarização, com a temática frequentemente restrita a questões de saúde e envelhecimento. Por fim, Paiva, Haddad e Soares (2019) argumentam que atualizações constantes de estados da arte são essenciais para mapear avanços e interesses no campo da EJA, fortalecer o arcabouço teórico e identificar possíveis abordagens epistemológicas que desafiem as perspectivas estabelecidas.

Em 2017, Vieira e Cruz realizaram um estudo com o objetivo principal de analisar a produção acadêmica acerca dos estudos de gênero no âmbito da educação de mulheres na EJA. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em artigos da área de educação, publicados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e em periódicos da Scielo nos últimos dez anos, de 2005 a 2014. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave para a realização do levantamento: mulher, EJA, gênero, feminino, jovens e adultos. A busca no site da Scielo resultou na identificação de apenas dois artigos, cujos temas estavam relacionados a práticas de numeramento e relações de gênero. Na ANPEd foram pesquisados trabalhos desde a 28ª reunião, realizada em 2005, e foram encontrados seis artigos. A partir da leitura desses trabalhos, Vieira e Cruz (2017) buscaram extrair as abordagens teórico-metodológicas e as conclusões apresentadas.

Nos trabalhos analisados, apareceram as diversas questões que impedem a mulher de concluir os estudos, incluindo questões de gênero, classe e raça. As razões para o afastamento das mulheres dos estudos são variadas e incluem limitações impostas pela família, como a crença popular de que mulher não precisa estudar, além do ingresso precoce no mercado de trabalho, casamento e responsabilidade com os filhos. Ademais, as autoras observam, a partir dos artigos estudados, que as relações entre homens e mulheres nas salas de aula da EJA são desiguais. Em diversas situações, a sala de aula é um espaço que produz e naturaliza as desigualdades de gênero. Por fim, Vieira e Cruz (2017) evidenciam a necessidade de pesquisas que abordem a educação das mulheres e as diferenças de gênero na EJA, uma vez que existem poucas referências bibliográficas referentes ao tema.

Embora haja uma quantidade limitada de textos publicados sobre as mulheres estudantes da EJA, a literatura existente aborda questões muito pertinentes para a discussão da relação entre mulheres e ensino. Estudos como os de Vigano e Laffin (2016) destacam a EJA como um espaço que favorece o processo de emancipação e construção da autonomia das mulheres. A participação dessas mulheres nas turmas de EJA é resultado de um longo histórico de exclusão de direitos, que as impediu de estudar ou as forçou a abandonar a escola devido a pressões familiares, condições sociais ou exigências de trabalho. De acordo com as autoras, muitos dos fatores que levam as mulheres a desistir dos estudos estão relacionados aos papéis de gênero historicamente definidos (VIGANO; LAFFIN, 2016).

A história tem sido marcada por processos de exclusão e exploração dirigidos a grupos minoritários, que foram marginalizados ou discriminados por motivos econômicos, sociais, políticos ou culturais. No contexto brasileiro, os processos históricos de organização do sistema escolar e as restrições impostas às mulheres resultaram, entre outros fatores, em uma

escolarização inferior das mulheres em comparação aos homens. No entanto, apesar das diversas formas de discriminação enfrentadas ao longo do tempo, as mulheres, por meio de movimentos sociais, fortaleceram-se e passaram a buscar a igualdade de direitos. Esse avanço é refletido no aumento da presença feminina nos espaços educativos, como evidenciado pelo crescimento da participação das mulheres na EJA. Assim, as mulheres procuram se fortalecer e encontram na EJA um espaço para compartilhar experiências e socializar. Viganò e Laffin (2016) ressaltam o papel significativo da EJA, que, apesar de pouco explorada nos estudos educacionais, se configura como um local de expectativa e esperança para muitas mulheres, oferecendo um espaço de socialização, de enfrentamento das desigualdades e de empoderamento feminino.

De forma semelhante, Lima, Wiese e Haracemiv (2021), destacam a importância da educação nos processos emancipatórios das mulheres estudantes da EJA. As autoras buscam refletir sobre as trajetórias escolares e de vida dessas mulheres, a partir de seus perfis e narrativas. O cenário de desigualdades em que vivemos revela a persistência de uma sociedade patriarcal, na qual as mulheres são submetidas “naturalmente” a sobrecargas de trabalho, tanto dentro quanto fora de casa, dificultando, de certa forma, o acesso a direitos garantidos por lei, como a educação. Imersas nesse cenário estão as mulheres da EJA, que retornam para a escola em busca de um direito historicamente negado e “trazem para a sala de aula suas histórias, suas memórias e suas experiências de vida, constituídas de um passado de dificuldades socioeconômicas e permeadas por exclusões de direitos básicos” (LIMA; WIESE; HARACEMIV, 2021, p. 133). Dessa forma, o estudo de Lima, Wiese e Haracemiv (2021) vai além de uma proposta de escuta das vozes femininas, destacando a importância da educação como meio de inclusão social e sua contribuição nos processos emancipatórios na vida dessas mulheres.

A partir das narrativas de três mulheres estudantes da EJA de um município do Paraná, foram identificados os principais motivos para o abandono dos estudos na idade regular. Em primeiro lugar, destaca-se a situação familiar, que inclui diversas responsabilidades, como afazeres domésticos e cuidados com filhos, pais, irmãos. Em segundo lugar, as questões envolvendo o trabalho foram um obstáculo significativo, com a distância e falta de flexibilidade de horários sendo os principais impedimentos para a continuidade dos estudos. A partir dos resultados apresentados, pode-se inferir que as mulheres pesquisadas pertencem à classe popular brasileira, e que, por meio da EJA, buscam, entre outros objetivos, a melhoria de suas condições de vida. Isso destaca a importância de compreender a vida e as experiências dessas estudantes, evidenciando a necessidade de uma

mudança nas práticas escolares com vistas a uma proposta mais humanizadora, que valorize e reconheça suas necessidades reais. Assim, a escola pode ser ressignificada para atender melhor às classes populares, nas quais as mulheres da EJA encontram-se inseridas (LIMA; WIESE; HARACEMIV, 2021).

Já entre os motivos que levaram as mulheres a retornarem à escola estão a necessidade de terminar os estudos para se inserir no mercado de trabalho ou buscar uma nova profissão, almejando reconhecimento profissional. Após retomarem os estudos, as estudantes perceberam uma elevação na autoestima, na socialização e na comunicação. Lima, Wiese e Haracemiv (2021, p. 145) destacam que “a EJA surge, dessa maneira, como um caminho para despertar nas educandas a autonomia e a participação crítica e ativa em uma sociedade patriarcal”. Por fim, as estudantes reconhecem essa modalidade de ensino como um espaço que lhes proporciona vez e voz, onde se reconhecem enquanto gente, mulher, mãe e trabalhadora. Deste modo, a educação é entendida como um meio para as mulheres ocuparem seu lugar na sociedade.

A histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder também é discutida na literatura, como ilustrado no artigo de Narvaz, Sant’Anna e Tesseler (2013). Considerando a divisão sexual do trabalho, que sugere que as mulheres seriam “naturalmente” mais aptas a realizar funções ligadas à esfera doméstica, enquanto os homens dominariam a esfera pública, as autoras visam investigar se e como as questões de gênero estariam na atualidade demarcando a ocupação diferenciada dos espaços de saber-poder na EJA. Narvaz, Sant’Anna e Tesseler (2013) destacam que as desigualdades de gênero não se referem às diferenças sexuais e biológicas entre homens e mulheres, mas às desigualdades de poder inscritas nessas diferenças. O gênero, como categoria de análise, ajuda a entender a complexa rede de relações de poder que organizam as relações sociais e que, politicamente convertidas em desigualdades e assimetrias, justificam até hoje a exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder.

A partir de uma pesquisa realizada no município de Alegrete, no interior do Rio Grande do Sul, com alunos e alunas da EJA, foi possível inferir que fatores ligados ao gênero têm interferido na participação feminina na escola. Enquanto a maioria dos educandos do sexo masculino descreve a dificuldade de conciliar trabalho e estudo como motivo para abandonar a escola na idade regular, as mulheres mencionam as dificuldades de conciliar os estudos com as tarefas domésticas e familiares, sobretudo após o casamento e a gravidez. Já os motivos para o retorno à escola na modalidade da EJA variam: para os homens, estão associados à expectativa de melhor colocação e melhor remuneração no mercado de trabalho,

enquanto para as mulheres, em sua maioria, o retorno aos estudos é motivado pela necessidade de acompanhar melhor os filhos e filhas na escola.

Os dados obtidos pelas autoras são significativos, pois confirmam as questões de gênero enquanto fundamentais tanto nos processos de abandono do estudo regular quanto no retorno à escola na modalidade da EJA. Na mesma toada de Lima, Wiese e Haracemiv (2021), o estudo aponta que a escola da EJA ainda desconsidera diversos fatores, movimentos e sentimentos dos homens e mulheres em busca da escolarização. No entanto, ela permanece como um espaço essencial de lutas e de conquistas, onde a EJA e os movimentos de mulheres e feministas convergem como espaços de reivindicações de direitos. A escolarização tem, dessa forma, “contribuído positivamente para a redefinição da imagem que as mulheres têm de si e do seu grupo de pertença, favorecendo o desenvolvimento de sua autonomia e a sua permanência na escola” (NARVAZ; SANT’ANNA; TESSELER, 2013, p. 100).

Em consonância com a literatura discutida, Palácios, Reis e Gonçalves (2018) sugerem que a EJA se apresenta como um importante espaço de superação da exclusão social de muitas mulheres que não tiveram acesso à escolarização na idade regular, além de servir como um ambiente para a realização de sonhos e idealizações profissionais. Atualmente, as mulheres exercem vários papéis na sociedade — mães, esposas e profissionais — e, apesar dos avanços, ainda enfrentam desigualdades e preconceitos. Se no passado lutavam para se libertarem das restrições do sistema patriarcal, hoje se veem sobrecarregadas pelas demandas do mercado de trabalho, da profissão e da família. No entanto, as mulheres estão cada vez mais empenhadas em participar do seu próprio crescimento pessoal e profissional, buscando reescrever suas histórias e assumir o papel principal em suas vidas.

Sabe-se que, nos últimos anos, a procura pela EJA torna-se cada vez maior, especialmente entre as mulheres. Nesse contexto, as mulheres que são mães e chefes de família têm sido um foco importante. Palácios, Reis e Gonçalves (2018) procuram analisar o que essas mulheres buscam por meio de sua formação na EJA, investigando quem são, quais motivos levaram-nas a estudar nesta modalidade e quais são suas perspectivas futuras em relação à educação escolar. Várias são as motivações para as mulheres mães retornarem aos estudos. Embora as respostas variem — desde proporcionar um bom exemplo aos filhos e familiares, garantir um emprego melhor ou continuar os estudos — é evidente nos relatos o papel fundamental que a educação desempenha para as entrevistadas. Ademais, é perceptível nos relatos a preocupação com os filhos durante o período das aulas, o que acaba interferindo nos processos de aprendizagem das educandas. Isso evidencia os papéis historicamente

impostos ao gênero feminino pelas sociedades ocidentais, onde as mulheres são vistas como responsáveis pela casa e pela família, mesmo quando trabalham e estudam.

As autoras concluem que a elevação da escolaridade e a inserção das mulheres no mercado de trabalho lhes trazem novas perspectivas de melhoria de vida. Se antes o lugar da mulher era restrito ao lar, cuidando de afazeres domésticos e das crianças, hoje ele também se estende à escola. A busca por estudos, além de estar relacionada à melhoria de vida, reflete a procura por independência, respeito e igualdade. Deste modo, a EJA representa para essas mulheres um caminho para a minimização dos efeitos da exclusão social, proporcionando uma nova chance de melhorar suas condições de trabalho e renda. Isso, por sua vez, lhes confere autonomia e realização, ao possibilitar a inserção em espaços de socialização que se ampliam e oferecem uma nova visão de mundo por meio da educação (PALÁCIOS; REIS; GONÇALVES, 2018).

Por fim, Eiterer, Dias e Coura (2014), assim como as autoras anteriormente citadas, analisam o processo de escolarização de mulheres mães trabalhadoras na EJA. Especificamente, examinam os efeitos do ato de frequentar a escola para essas mulheres e suas famílias, do ponto de vista da cultura escrita familiar. A partir de entrevistas com 14 educandas da EJA, constatou-se que a inserção nas salas de aula da EJA na idade adulta significa conciliar diferentes responsabilidades com as exigências escolares — como tarefas e horários. Para essas mulheres, o horário de trabalho se torna ainda maior, pois precisam conciliar a escola com as tarefas de cuidar da casa e da família. Para elas, a divisão sexual de tarefas domésticas significou o acúmulo de desvantagens sociais (EITERER; DIAS; COURA, 2014). Podemos questionar a ideia de hierarquização ao lembrar que não existe, essencialmente, trabalho inerentemente feminino ou masculino. As atribuições sociais estabeleceram esses lugares, mas eles podem ser alterados. Os discursos das mulheres sobre o cotidiano revelam que a renegociação em torno das diferentes responsabilidades não ocorre sem conflitos, mas as negociações e as atribuições do trabalho doméstico vão se redefinindo.

As autoras apontam, com base nos depoimentos das mulheres, que a gestação, os cuidados com os filhos e a família são frequentemente citados como principais razões para o afastamento precoce da escola. Contudo, não podemos desconsiderar o impacto da submissão ao pai ou ao marido entre esses motivos (EITERER; DIAS; COURA, 2014). Se de um lado encontramos um cenário de difícil conciliação de múltiplas responsabilidades, por outro percebemos que a escola está longe de compreender esses sujeitos em suas diversidades e diferenças, apesar das questões de gênero atravessarem essa instituição de ponta a ponta. Consequentemente, os filhos de mães com baixa escolaridade acabam recebendo um precário

acompanhamento por parte delas. O material de leitura e a qualidade de leitura não recebem a devida atenção, assim como atividades extracurriculares. No entanto, isso não significa que essas mães sejam omissas; essa situação decorre de vários fatores que contribuem para que elas tenham pouco capital escolar e pouco tempo para monitorar as atividades dos filhos, já que elas mesmas se encontram também na escola.

Em resumo, a literatura revisada destaca a complexidade e a importância das questões de gênero na Educação de Jovens e Adultos. Os estudos indicam que, apesar de um histórico de exclusão e preconceitos, as mulheres hoje buscam autonomia, autoestima e melhores condições de vida por meio da educação. A EJA, portanto, oferece oportunidades significativas para a inclusão e o empoderamento das mulheres, embora muitos desafios ainda precisem ser superados, especialmente no que diz respeito à conciliação de múltiplas tarefas — como trabalho e cuidados com os filhos — e à compreensão das diversidades dos sujeitos pela instituição escolar. Além disso, as pesquisas ressaltam a necessidade de estudos que abordem a educação das mulheres e as diferenças de gênero na EJA, uma vez que ainda há poucas referências bibliográficas referentes ao tema (VIERA; CRUZ, 2017).

Embora a literatura nas ciências sociais, antropologia, psicologia social, entre outras áreas, tenha se dedicado há muito tempo ao debate sobre as diferentes desigualdades enfrentadas pelas mulheres na sociedade brasileira, o campo da educação ainda precisa estabelecer um diálogo mais profundo com essa literatura. Esse diálogo está apenas começando quando consideramos os desafios da escolarização das mulheres na EJA (EITERER; DIAS; COURA, 2014). Por fim, em consonância com Paiva, Haddad e Soares (2019), que destacam a importância de atualizações constantes no campo da Educação de Jovens e Adultos, esta pesquisa busca enriquecer o debate acadêmico sobre a EJA e a literatura que aborda as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, chamando atenção para os avanços e lacunas na compreensão do tema. O objetivo é atualizar o conhecimento por meio de uma análise de trabalhos recentes sobre essa modalidade de ensino, com foco específico nas produções acadêmicas relacionadas às mulheres estudantes.

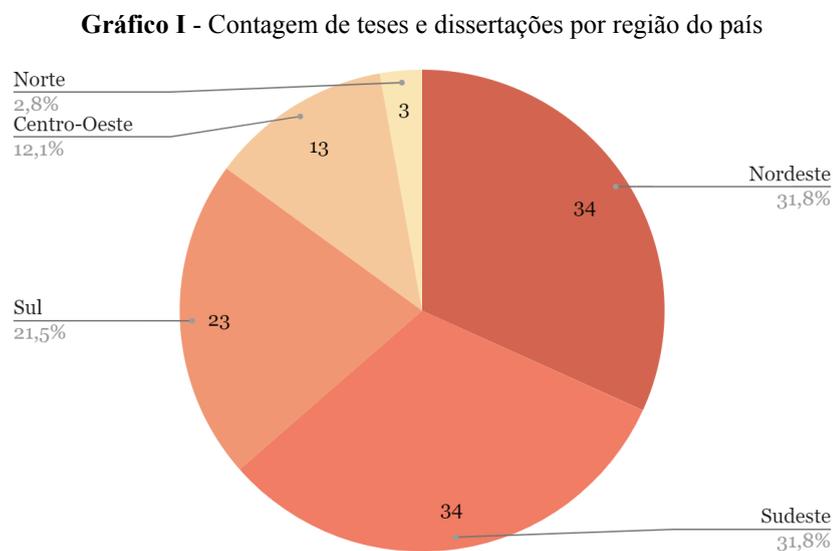
### **3. PANORAMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE MULHERES ESTUDANTES NA EJA: RESULTADOS E INTERPRETAÇÕES**

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, conforme descrito por Lima e Miotto (2008). Essa abordagem é especialmente útil em estudos exploratórios e descritivos, permitindo um amplo alcance de informações a partir de diversas fontes. A revisão da literatura foi realizada através da consulta às bases de

dados da CAPES e da BDTD, utilizando conjuntos de palavras-chave relacionadas ao tema, como “educação de jovens e adultos” AND “mulheres” e “EJA” AND “mulheres”. A coleta das produções acadêmicas foi realizada entre abril e julho de 2024. Não foram estabelecidos limites quanto ao período de publicação dos textos nem restrições quanto à área do conhecimento. Após a seleção e exclusão de duplicatas e pesquisas não relacionadas, foi obtido um total de 107 produções acadêmicas relevantes. Essas produções foram registradas em uma planilha que abrangeu um conjunto de categorias, desde as mais descritivas e estruturadas, como ano de defesa e tipo de instituição, até aquelas voltadas para análises qualitativas, como o tema da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados mais utilizados. Esse processo permitiu uma análise detalhada e estruturada do panorama das pesquisas sobre mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), identificando tendências emergentes e áreas que necessitam de mais investigação. A seguir, os resultados da pesquisa serão apresentados e analisados em seções específicas.

### 3.1. A distribuição geográfica da produção por região e estado do Brasil

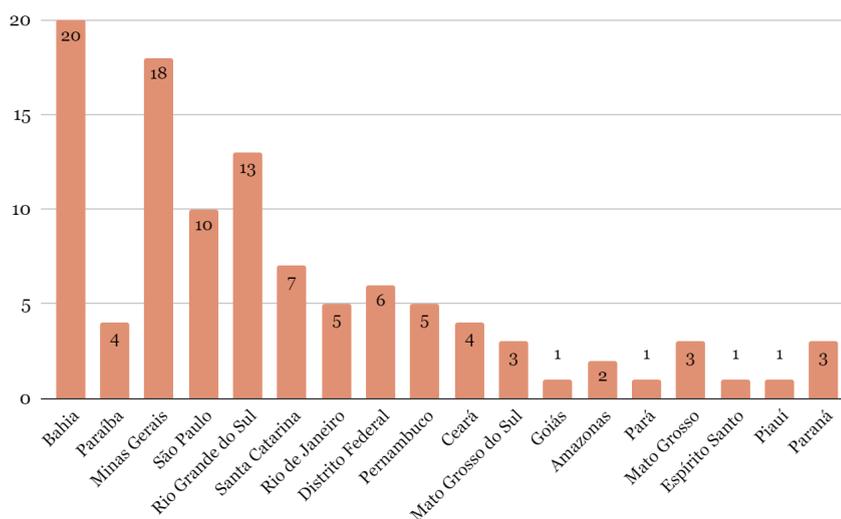
A produção acadêmica brasileira que aborda a questão das mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos, expressa em teses e dissertações, está predominantemente concentrada nas regiões Nordeste e Sudeste do país, cada uma representando 31,8% do total de produções. Além disso, a região Sul também é significativa no cenário nacional, com 21,5% das produções. As demais regiões, embora menos representativas, também contribuem para o panorama geral da pesquisa, completando o restante do percentual, conforme o Gráfico I, que ilustra a distribuição regional.



**Fonte:** Elaboração Própria

Na região Nordeste, o Estado da Bahia se destaca com 20 produções. Na região Sudeste, o Estado de Minas Gerais possui maior destaque, com 18 produções, seguido pelo Estado de São Paulo, com 10. Por fim, dos 23 trabalhos da região Sul, 13 são provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o Gráfico II, que detalha a contribuição das unidades federativas.

**Gráfico II** - Contagem de teses e dissertações por estado do Brasil



**Fonte:** Elaboração Própria

No estado da arte das pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil, Haddad (2000) indicou que, entre 1986 e 1998, o Estado de São Paulo concentrou 41,44% da produção acadêmica nacional nessa área. Atualmente, os Estados da Bahia e Minas Gerais são os mais relevantes em pesquisas sobre mulheres estudantes da EJA. Conforme dados do Censo Escolar de 2023, a região Nordeste lidera com o maior número de matrículas na EJA, totalizando 1.297.101, seguida pela região Sudeste com 634.748 matrículas (BRASIL, 2024). Ademais, em ambas as regiões, o gênero feminino predominante nas matrículas pode influenciar o volume e a relevância das pesquisas sobre o tema.

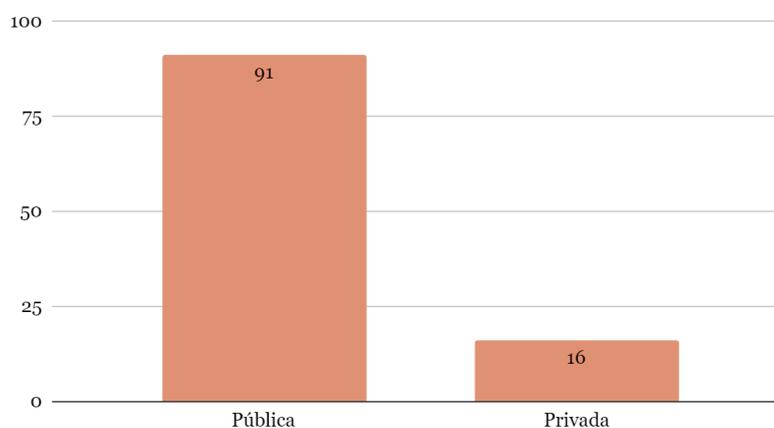
A Universidade do Estado da Bahia, que representa 13,1% do total de produções, conta com o Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGMPEJA). Este programa visa à produção de conhecimento, à atualização contínua sobre avanços científicos e tecnológicos, e ao aperfeiçoamento de profissionais na área da EJA, atendendo às demandas sociais e profissionais. O PPGMPEJA é composto por três linhas de pesquisa: Educação, Trabalho e Meio Ambiente; Formação de Professores e Políticas Públicas; e Gestão Educacional e Tecnologias da Comunicação.

Por sua vez, a Universidade Federal de Minas Gerais, com 12,1% do total de produções, não possui um Programa de Pós-Graduação em EJA, mas conta com o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos: Pesquisa e Formação (NEJA). Este núcleo coordena diversas iniciativas de formação de educadores de jovens e adultos na UFMG e incentiva o desenvolvimento de projetos de pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ademais, o núcleo é composto pelos pesquisadores Leôncio José Gomes Soares e Miguel González Arroyo, conhecidos por suas significativas contribuições na área da EJA no Brasil.

### 3.2. A distribuição da produção entre instituições públicas e privadas

Das 107 produções acadêmicas analisadas, 91 são oriundas de instituições de ensino superior públicas e 16 de instituições privadas, conforme o Gráfico III. Embora as instituições públicas apresentem um volume maior de produção, isso não necessariamente indica uma maior produtividade ou qualidade na área da EJA (HADDAD, 2000). Vale destacar que o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, as bases de dados utilizadas neste estudo, registram um número inferior de teses e dissertações de instituições privadas em comparação com as públicas. Especificamente na BDTD, as dez instituições com o maior número de documentos anexados à base são todas públicas. Portanto, a menor produção nas instituições privadas pode ser atribuída, em parte, à sua representação desigual nas bases de dados analisadas. Adicionalmente, é importante considerar que a maioria das instituições privadas não institucionalizou a pesquisa. Conforme Durham (1998), as universidades públicas são o principal suporte institucional para a pesquisa e a formação de pesquisadores no Brasil.

**Gráfico III** - Contagem de teses e dissertações por tipo de instituição de ensino superior

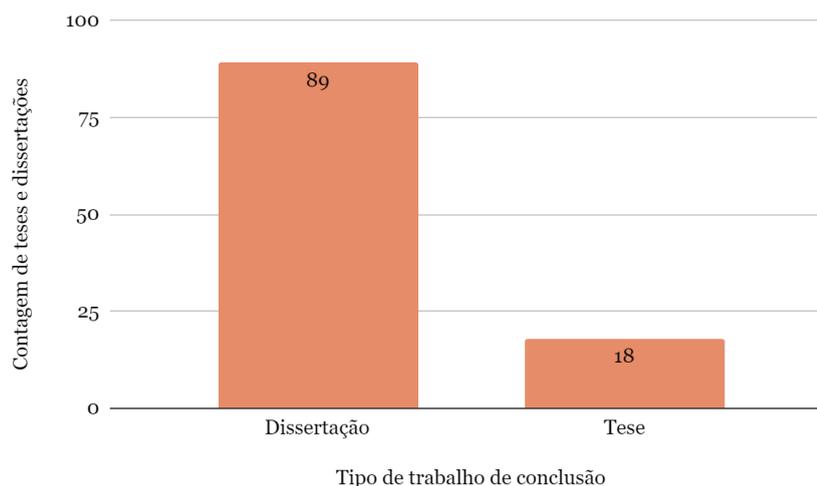


**Fonte:** Elaboração Própria

### 3.3. A distribuição da produção por tipo de trabalho de conclusão

Entre as 107 produções acadêmicas que definem como tema de pesquisa a questão das mulheres estudantes da EJA, predominam as dissertações de mestrado, com 89 trabalhos, representando 83,2% do total. Já as teses somam 18 trabalhos, correspondendo a 16,8%.

**Gráfico IV** - Contagem de teses e dissertações por tipo de trabalho de conclusão

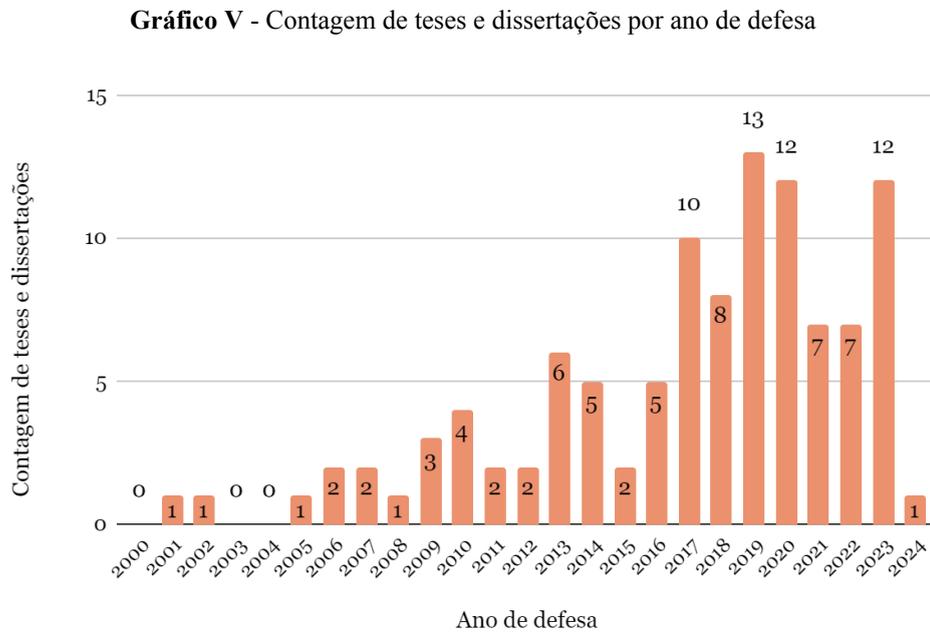


**Fonte:** Elaboração Própria

Em 2021, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), o Brasil contava com um total de 405.207 estudantes matriculados e titulados em programas de pós-graduação, distribuídos em diferentes modalidades. Desses, 143.693 eram estudantes de mestrado acadêmico (com mais 46.560 titulados) e 131.578 de doutorado acadêmico (com mais 21.085 titulados). Os números de matriculados e titulados em mestrado e doutorado profissional completam o total. Em relação à distribuição geográfica, a região Sudeste apresentou o maior número de estudantes matriculados e titulados, enquanto a região Norte registrou o menor contingente. Além disso, os programas de mestrado são mais numerosos que os de doutorado no país (BRASIL, 2023). Em 2023, a pós-graduação *stricto sensu* superou o patamar de 350 mil matriculados. Denise Pires de Carvalho, presidente da CAPES, destaca que o reajuste de 40% no valor das bolsas, concedido em 2023, foi um fator importante para o aquecimento da procura pelos programas de pós-graduação (BRASIL, 2024b). Esse aumento nas bolsas de estudo tem um impacto significativo tanto na atração de novos alunos quanto na manutenção daqueles já matriculados, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e científico do país.

### 3.4. A distribuição da produção por ano de defesa

Com base nas teses e dissertações recuperadas pela CAPES e pela BDTD, é possível observar um aumento no número de produções sobre mulheres estudantes da EJA, especialmente a partir de 2017. O Gráfico V ilustra a evolução desse número desde o início dos anos 2000.



**Fonte:** Elaboração Própria

De 1986 a 1998, embora ainda predominasse uma visão generalizadora dos educandos da EJA, começaram a surgir estudos focados na construção de identidades singulares, incluindo as de gênero (HADDAD, 2000). Durante esse período, foram promulgadas a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, importantes instrumentos legais que regem a EJA. Com o avanço da democratização, a educação de adultos passou a incorporar questões relacionadas aos direitos de cidadania como um componente essencial do processo educativo. Isso incluiu a conscientização sobre direitos que historicamente foram negados e a discussão de temas relacionados à raça e ao gênero (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019). Assim, o fundamento das pesquisas no campo da EJA ancora-se fortemente no direito à educação para todos, reconquistado constitucionalmente em 1988.

Em 1997, a criação do Grupo de Trabalho de Educação de Jovens e Adultos marcou um momento significativo na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, formalizando um campo específico para discussões e pesquisas sobre a EJA. Conforme Soares (2011), a noção de “sujeito aluno” estava começando a surgir nas pesquisas

do GT18 entre 1998 e 2008, refletindo uma mudança na abordagem pedagógica. Ademais, a crescente ampliação de programas de pós-graduação em educação nas universidades do país resultou em um maior número de orientações de pesquisas abordando a temática da EJA. No campo acadêmico, as associações de pesquisadores em educação abordam a Educação de Adultos de forma abrangente, desde a educação vocacional voltada para a formação e preparação de mão de obra até o trabalho com grupos marginalizados e discriminados, como imigrantes, minorias religiosas, grupos de mulheres, e a comunidade LGBTQIA+ (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019).

A V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA V), realizada em 1997, trouxe avanços metodológicos, conceituais e políticos significativos para a EJA e fomentou a criação de fóruns sobre o tema. Esses fóruns foram fundamentais para o desenvolvimento de estudos, a socialização de experiências e o avanço do campo (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019). Além disso, a Confinteia V, entendendo a Educação de Adultos como um direito de todos, destacou a importância de diferenciar as necessidades específicas das mulheres, das comunidades indígenas e dos grupos minoritários (GADOTTI, 2009). Todos esses fatores criaram um ambiente propício para a investigação acadêmica, fortalecendo a EJA como um campo de estudo legítimo e necessário. Consequentemente, houve um aumento significativo no número de pesquisas voltadas para a EJA, especialmente a partir dos anos 2000, refletindo a crescente conscientização sobre a importância da educação inclusiva e os direitos de cidadania.

Após o ano 2000, políticas públicas e programas governamentais, como os Planos Nacionais de Educação de 2001–2010 e 2014–2024, contribuíram significativamente para o crescimento das pesquisas na EJA. O apoio institucional de agências como a CAPES também desempenhou um papel crucial, incentivando a criação de grupos de pesquisa e o financiamento de estudos, o que ampliou o corpo de conhecimento disponível sobre a EJA. Dados do GeoCAPES mostram que, em 2017, foram concedidas 91.826 bolsas de mestrado e doutorado no país, o que coincidiu com um aumento significativo no número de teses e dissertações sobre as mulheres estudantes da EJA. Em contraste, no ano 2000, foram concedidas apenas 20.470 bolsas (BRASIL, 2023).

Outro fator significativo para o aumento da produção acadêmica foi a crescente demanda social por programas de alfabetização que atendessem às necessidades específicas de diferentes segmentos da população, como indígenas, negros, mulheres e pessoas com deficiência (GADOTTI, 2009). A pressão por uma maior atenção às necessidades educacionais de jovens e adultos, especialmente daqueles pertencentes a grupos

marginalizados, refletiu-se na academia. Isso fez com que os pesquisadores direcionassem suas investigações para temas como a construção de identidades, as dinâmicas de gênero, a inclusão de minorias étnicas e a educação em contextos de vulnerabilidade.

A partir da década de 1980, com o fortalecimento do feminismo e as novas abordagens sobre as relações de gênero, surgiram novas perspectivas e demandas dentro do campo da educação. Essa evolução teórica incluiu a problematização da dicotomia público/doméstico, que possibilitou que os teóricos ignorassem anteriormente a natureza política da família e, conseqüentemente, uma parte central das desigualdades de gênero (OKIN, 2008). A divisão sexual do trabalho reforçava essa dicotomia: os homens eram associados à esfera econômica e política, enquanto as mulheres eram vistas como responsáveis pela esfera privada. Como consequência, as mulheres têm sido vistas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família. O slogan feminista “o pessoal é político” critica essa dicotomia, destacando que a vida pessoal é influenciada por dinâmicas de poder e que trabalho e família estão interligados, produzindo e reproduzindo hierarquias e desigualdades de gênero.

Essa nova abordagem feminista teve um impacto significativo na Educação de Jovens e Adultos. As pesquisas passaram a explorar como as dinâmicas de poder e as desigualdades de gênero são fundamentais tanto nos processos de abandono dos estudos quanto no retorno das mulheres à escola na modalidade da EJA (NARVAZ; SANT’ANNA; TESSELER, 2013). Especialmente na última década, as produções acadêmicas passaram a destacar as realidades específicas das mulheres, incluindo a sobrecarga do trabalho doméstico e as responsabilidades familiares, corroborando a visão feminista sobre a natureza política da família. Além disso, a crescente presença das mulheres nas salas de aula da EJA, especialmente de pretas e pardas, tem sido um fator importante para o aumento do número de pesquisas sobre o tema (BRASIL, 2024a).

Por fim, é importante destacar que as bases de dados utilizadas para o levantamento das teses e dissertações podem não cobrir a totalidade das produções sobre as mulheres estudantes da EJA, principalmente as mais antigas. Dessa forma, alguns anos, especialmente antes da década de 2000, podem não apresentar produções devido à ausência de registros.

### **3.5. A distribuição da produção por programa de pós-graduação**

Das 107 produções acadêmicas analisadas, aproximadamente 79,5% (ou seja, 80 trabalhos), provêm de programas de pós-graduação em Educação e áreas correlatas. Dentre esses, 4,7% (equivalente a 5 trabalhos) são específicos de programas de pós-graduação em

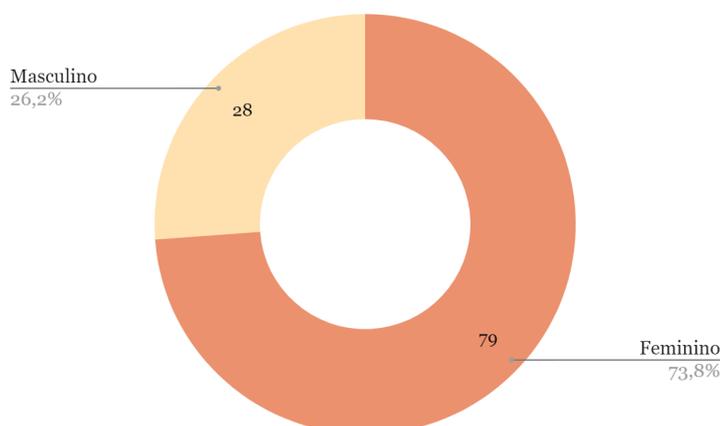
Educação de Jovens e Adultos. Esses dados indicam que os estudos sobre mulheres na EJA são predominantemente abordados em um contexto mais amplo na área da educação, sugerindo que a EJA é um campo de interesse, mas não necessariamente um foco central. Além disso, o menor número de programas de pós-graduação dedicados exclusivamente à EJA faz com que ela seja frequentemente tratada como uma subárea dentro do campo geral da educação. Já os programas de pós-graduação em Linguística somam 3 produções, correspondendo a 2,8% do total. Essas pesquisas se concentram, principalmente, nas práticas de letramento das alunas.

Destaca-se o baixo número de produções provenientes de programas de pós-graduação em Sociologia e Ciências Sociais. Apenas 1,9% (2 trabalhos) são da Sociologia e 0,9% (1 trabalho) das Ciências Sociais. Esse dado pode indicar que a EJA é percebida como mais relevante para os campos da educação e áreas correlatas do que para as Ciências Sociais. Todavia, as abordagens das Ciências Sociais são cruciais para a compreensão das dinâmicas de poder, questões de gênero, desigualdades e contextos sociais que afetam as estudantes da EJA. A ausência de uma representação mais significativa dessa área pode limitar a análise das múltiplas dimensões que afetam as experiências educacionais das mulheres. Por fim, os 14,9% restantes referem-se a produções oriundas de programas de pós-graduação que não se enquadram claramente nas áreas mencionadas e cujos números não apresentam uma relevância significativa para os objetivos desta pesquisa.

### 3.6. A distribuição da produção por gênero do/a orientador/a

Do total de produções, 73,8% foram orientadas por mulheres, enquanto 26,2% por homens, conforme o Gráfico VI.

**Gráfico VI** - Contagem de teses e dissertações por gênero do/a orientador/a



**Fonte:** Elaboração Própria

Do total de teses e dissertações orientadas por mulheres, 5,6% (ou 6 produções) foram orientadas por Carmem Lúcia Eiterer. Desde 2002, Eiterer integra o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos: Pesquisa e Formação (NEJA) da UFMG, além de orientar diversas pesquisas de mestrado e doutorado relativas à Educação de Jovens e Adultos, especialmente no recorte das especificidades dos sujeitos da educação.

De acordo com Vianna (2002), muitos estudos têm ressaltado há algum tempo a predominância feminina na composição sexual da categoria docente. No entanto, a inclusão do conceito de gênero na análise da feminização do magistério brasileiro é um fenômeno relativamente recente. As mulheres constituem a maioria dos docentes na Educação Infantil, enquanto no Ensino Superior ainda são minoria, especialmente nas carreiras tradicionalmente consideradas masculinas. Apesar da feminização da docência, os homens continuam a ocupar os cargos de maior prestígio social e a receber os salários mais altos (VIANNA, 2002), em grande medida devido ao direcionamento de carreiras em função do gênero.

Bruschini e Lombardi (2002) destacam que não há dúvidas sobre o avanço das mulheres na aquisição de escolaridade, o que lhes proporciona maiores credenciais para ingressar e permanecer no mercado de trabalho em ocupações que exigem estudo. No entanto, uma análise dos percentuais femininos por áreas do conhecimento revela que, tanto no ensino técnico e profissional quanto no ensino superior, persistem determinados guetos femininos que se reproduzem, posteriormente, no mercado de trabalho. Esses guetos, caracterizados por um elevado contingente de mulheres, são associados a menor prestígio e níveis mais baixos de remuneração. Conseqüentemente, as mulheres tendem a se concentrar em áreas como artes, humanas, biológicas e saúde, apesar de algumas aberturas em outras áreas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002).

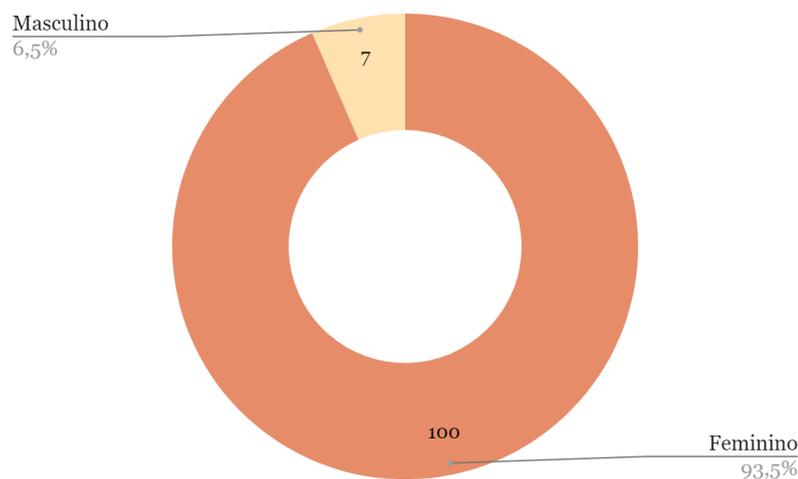
Assim, o elevado número de orientadoras mulheres reflete a predominância feminina na área da Educação. Conforme os dados do CNPq/Lattes, que fornece informações desagregadas por sexo, das 81.117 pessoas atuantes na área da educação, 55.863 são do sexo feminino.

### **3.7. A distribuição da produção por gênero do/a autor/a**

Assim como no levantamento do gênero dos/as orientadores/as, o gênero dos/as autores/as foi identificado com base nos nomes registrados nas bases de dados, considerando como são socialmente reconhecidos enquanto nomes femininos ou masculinos. Quando os nomes não eram suficientemente claros devido a possíveis ambigüidades, foram consultadas seções adicionais das publicações, como os agradecimentos, para obter informações que

facilitassem a identificação do gênero. Embora a compreensão binária do gênero, que o divide em masculino e feminino, assegure consistência e facilite a análise dos dados, reconhece-se que essa abordagem apresenta limitações.

**Gráfico VII** - Contagem de teses e dissertações por gênero do/a autor/a



**Fonte:** Elaboração Própria

As bases de dados utilizadas, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, não incluem opções de identificação de gênero para autores/as e orientadores/as. A ausência de dados sobre identidades cisgênero, transgênero, não-binárias e outras categorias de gênero limita a capacidade de representar os/as autores/as e orientadores/as de forma mais inclusiva. Compreender o gênero como uma categoria de análise que se refere à institucionalização das diferenças sexuais é essencial para esta discussão. Gênero é um conceito utilizado por aqueles que entendem tanto as desigualdades quanto as diferenciações sexuais como socialmente construídas. Dessa forma, o gênero é entendido como uma construção social e política, relacionada à diferença sexual biológica, mas não determinada por ela (OKIN, 2008).

Em suma, a escolha pela categorização binária pode não capturar toda a complexidade das identidades de gênero e pode ser uma simplificação das realidades individuais. Além disso, questões de raça também são invisibilizadas, uma vez que as bases de dados não incluem essas informações. Compreender essas dimensões é essencial para uma análise mais inclusiva e engajada das dinâmicas acadêmicas e sociais. Mais do que simplesmente reconhecer que as mulheres predominam como autoras e orientadoras, é crucial entender quem são essas mulheres e qual é o contexto de suas perspectivas.

### **3.8. Análise dos principais instrumentos de geração de dados utilizados nas produções**

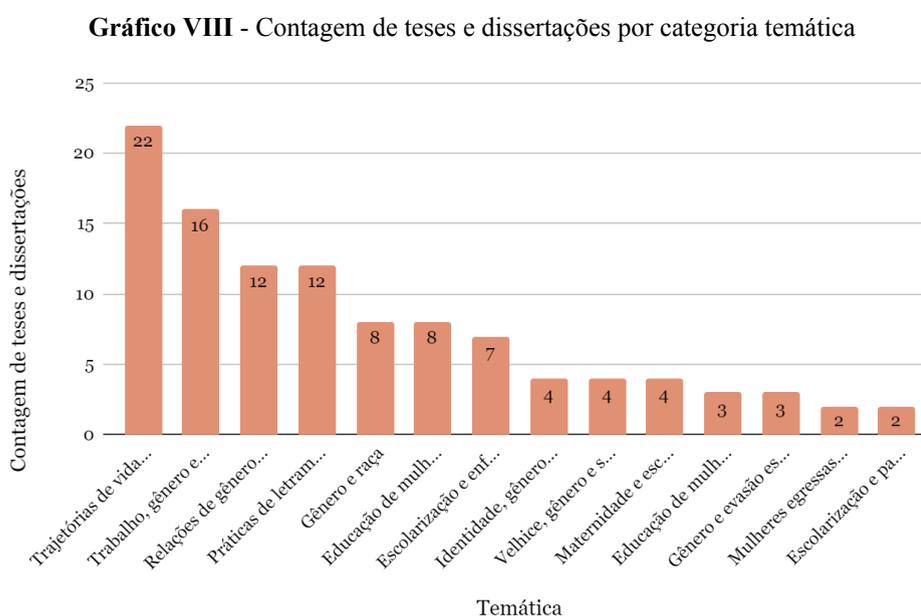
A partir da leitura dos resumos, foi possível identificar a metodologia e os principais instrumentos de geração de dados utilizados nas produções. A maioria das pesquisas é classificada como qualitativa, um termo abrangente que cobre uma ampla série de procedimentos, métodos e abordagens. Diferentemente das pesquisas experimentais e levantamentos, onde os procedimentos analíticos podem ser definidos previamente, a pesquisa qualitativa não segue fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados em pesquisas qualitativas dependem significativamente da capacidade e do estilo do pesquisador (GIL, 2008). Conforme Flick (2013), os pesquisadores trabalham frequentemente com narrativas de histórias da vida pessoal dos entrevistados, selecionados propositalmente. Dessa forma, a coleta de dados é concebida de uma maneira mais aberta e a análise dos dados é conduzida de forma interpretativa, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada das experiências individuais.

Os principais instrumentos de geração de dados foram as entrevistas e os questionários. As entrevistas foram predominantemente semiestruturadas ou narrativas. Nas entrevistas semiestruturadas, um guia de entrevista é utilizado para orientar os entrevistadores, visando captar as visões individuais dos entrevistados sobre um tema, por meio de questões abertas combinadas com perguntas mais focadas. Já nas entrevistas narrativas, os entrevistados são convidados a apresentar relatos mais longos e coerentes na forma de uma narrativa. O principal objetivo dessas entrevistas é explorar as experiências subjetivas dos entrevistados a partir de uma pergunta narrativa geradora (FLICK, 2013). Ademais, as entrevistas foram baseadas, principalmente, nos métodos da história oral temática ou da história de vida. Embora semelhantes, a história oral temática se concentra em um tema ou evento específico, enquanto a história de vida é mais abrangente, cobrindo vários aspectos da vida do entrevistado.

Os questionários, frequentemente utilizados nas produções analisadas para selecionar os participantes para entrevistas, têm como principal característica a padronização. Eles permitem a obtenção de respostas comparáveis entre os participantes, uma vez que as questões são formuladas e organizadas de forma idêntica para todos (FLICK, 2013). Observa-se uma notável convergência nas metodologias utilizadas nas pesquisas analisadas, o que ressalta a importância de diversificar as abordagens metodológicas. Essa diversificação pode proporcionar uma compreensão mais completa e precisa do tema investigado, enriquecendo a pesquisa com diferentes perspectivas e aspectos que uma única metodologia pode não revelar.

### 3.9. A distribuição da produção por categoria temática

As categorias usadas para agrupar as produções acadêmicas foram desenvolvidas com base na leitura dos resumos, o que permitiu compreender os objetivos gerais e as principais conclusões de cada texto. As palavras-chave foram úteis para detectar temas comuns entre as obras. A identificação dos principais temas e enfoques, junto com a frequência das palavras-chave, possibilitou reconhecer padrões e organizar os textos de maneira coerente, facilitando uma análise mais detalhada e estruturada, conforme mostrado no Gráfico VIII. A seguir, serão apresentadas as categorias e a quantidade de trabalhos associados a cada uma delas em seções específicas.



Fonte: Elaboração Própria

#### 3.9.1. Trajetórias de vida e vivências escolares (20,6% ou 22 produções)

A maioria das produções examina como o retorno das mulheres à escola na EJA impacta suas vidas, explorando suas motivações e objetivos na busca por escolarização. Além disso, avaliam de que maneira as vivências escolares influenciam seus projetos de vida. As pesquisas indicam que a EJA é um importante instrumento de transformação social, emancipação e construção da autonomia, especialmente para mulheres que buscam melhorar suas condições de vida e afirmar seu lugar na sociedade. Dos textos sobre essa temática, 5 (ou 4,7%) abordam especificamente as trajetórias de vida e vivências escolares de mulheres pretas, destacando o direito à educação como uma ferramenta essencial para superar as dificuldades impostas pela condição de ser mulher, afrodescendente e pobre no Brasil. Esses

estudos também ressaltam o papel essencial da educação na construção de novos caminhos na luta antirracista.

### **3.9.2. Trabalho, gênero e saber (14,9% ou 16 produções)**

As produções sobre essa temática focam em estudar as trajetórias escolares e profissionais das mulheres na EJA, sua inserção no mercado de trabalho, as relações de gênero vivenciadas, e como trabalho e gênero influenciam sua permanência e sucesso na EJA. Além da educação, um trabalho bem remunerado é crucial para superar a pobreza e garantir dignidade, autonomia e empoderamento das mulheres. Entre os textos, 3 (ou 2,8%) abordam questões de raça, destacando a precariedade do trabalho doméstico e os obstáculos enfrentados pelas trabalhadoras para acessar e permanecer na escola.

### **3.9.3. Relações de gênero e o saber (11,2% ou 12 produções)**

As pesquisas exploram a relação entre gênero e saber na educação de mulheres da EJA, investigando como os discursos sobre gênero influenciam a decisão de continuar ou abandonar o processo educacional, bem como a relação das mulheres com certos conteúdos e currículos de sala de aula. Apesar das significativas restrições impostas pelas normas sociais de gênero, há evidências de que as mulheres estudantes estão começando a desafiar e mudar os estereótipos de gênero em seus discursos e práticas. Isso revela a educação como uma ferramenta valiosa na construção da equidade de gênero.

### **3.9.4. Práticas de letramento (11,2% ou 12 produções)**

As produções analisam o lugar da leitura e da escrita, bem como o papel social que a língua escrita assume no cotidiano das mulheres, tanto fora quanto dentro da escola. As práticas de escrita e leitura das mulheres com escolaridade incompleta revelam muito sobre sua condição e identidade. Compreender essas práticas e o que motiva essas mulheres a escrever e ler pode ampliar a visão sobre a Educação de Jovens e Adultos, já que alguns estudos indicam uma divergência entre as práticas de letramento das alfabetizadas e as práticas de letramento escolares. Dos textos sobre essa temática, 2 (ou 1,9%) focam especificamente nas práticas de leitura e escrita de mulheres negras, ressaltando que as questões relativas a gênero, raça e baixa escolarização têm efeitos sociais significativos na vida das mulheres negras da EJA.

### **3.9.5. Gênero e raça (7,5% ou 8 produções)**

As pesquisas nessa temática visam analisar como discriminações de raça, classe e gênero afetam a trajetória de mulheres negras na EJA e as estratégias que elas desenvolvem para superar as dificuldades relacionadas à escolarização. O racismo e o sexismo, elementos estruturantes da sociedade brasileira, afetam profundamente a trajetória de vida dessas mulheres. Assim, o retorno à sala de aula é motivado pela busca de independência pessoal, social e financeira, além da necessidade de conviver com autonomia em uma sociedade estruturada pela escrita.

### **3.9.6. Educação de mulheres em espaços prisionais (7,5% ou 8 produções)**

As produções buscam compreender o significado das experiências escolares vividas por mulheres em privação de liberdade e como essas experiências se integram em suas trajetórias de vida. Além disso, investigam as relações estabelecidas entre as práticas de letramento e as vivências dessas mulheres. A educação prisional oferece aprendizagens significativas que possibilitam a elaboração de novos projetos, surgindo como uma fonte de esperança, transformação e libertação.

### **3.9.7. Escolarização e enfrentamento à violência (6,5% ou 7 produções)**

As pesquisas analisam o impacto das violências de gênero nas trajetórias de aprendizagem das educandas da EJA e as repercussões da educação no enfrentamento dessas situações. Os estudos destacam que as violências de gênero representam riscos ao desenvolvimento das mulheres, causando consequências emocionais, comportamentais, sociais e cognitivas. Assim, a educação atua como um mecanismo de resiliência, proporcionando a essas mulheres um desenvolvimento psicológico mais saudável por meio da conscientização e da prevenção. Das produções sobre essa temática, 1 (ou 0,9%) aborda as estratégias de enfrentamento às violências contra a mulher negra no contexto escolar, ressaltando que a EJA ainda não oferece espaço para que as mulheres estudantes negras possam compartilhar seus saberes e fazeres, especialmente em relação à violência e ao racismo.

### **3.9.8. Identidade, gênero e saber (3,7% ou 4 produções)**

As produções dessa temática investigam os marcadores identitários das mulheres educandas da EJA através de uma perspectiva interseccional, com foco especial na constituição dos sujeitos em relação ao gênero. As pesquisas revelam que essas mulheres enfrentam múltiplos processos de exclusão e discriminação devido aos seus marcadores

identitários. Assim, no contexto das práticas educativas, emergem elementos cruciais para compreender a formação dos sujeitos e suas experiências.

### **3.9.9. Velhice, gênero e saber (3,7% ou 4 produções)**

As pesquisas examinam o impacto da educação na vida das mulheres idosas, explorando como essa experiência influencia suas trajetórias sob a perspectiva de gênero. Além disso, investigam como essas mulheres se apropriam das práticas escolares, especialmente de letramento e numeramento. Os estudos mostram o prejuízo socioeconômico e cultural resultante de longos períodos de analfabetismo ou baixa escolaridade, mas também destacam o protagonismo das mulheres ao superarem essas condições, revelando atitudes de independência e autonomia adquiridas pelo processo de alfabetização.

### **3.9.10. Maternidade e escolarização (3,7% ou 4 produções)**

As produções analisam as trajetórias escolares de mulheres mães na EJA, investigando a complexa relação entre escola e maternidade e identificando os desafios que essas mulheres enfrentam para permanecer na educação. Os resultados indicam que garantir o acesso à EJA significa ir além do direito básico do sujeito de ter uma escola para se matricular; é essencial considerar todas as redes e contextos em que essas mulheres estão inseridas e que a escola não pode negligenciar. Para elas, a escolarização é vista como uma oportunidade de emancipação e ascensão feminina, apesar das dificuldades enfrentadas. Entre os textos sobre essa temática, 1 (ou 0,9%) foca especificamente nas dificuldades enfrentadas por mães adolescentes negras e pobres para concluir a escolarização, devido à falta de apoio familiar e recursos públicos que assegurem sua permanência na escola.

### **3.9.11. Educação de mulheres do campo (2,8% ou 3 produções)**

Nessa temática, as pesquisas visam compreender as razões que levam as mulheres do campo a retornarem à escola, bem como os contextos de sua formação. Os estudos destacam a importância da EJA e da educação em gênero para a qualificação e empoderamento dessas mulheres, contribuindo para o fortalecimento de suas comunidades nas esferas cultural, econômica e política. Para as mulheres, a conclusão dos estudos possibilita um melhor desempenho nas relações comunitárias e sociais, permitindo um exercício mais efetivo da cidadania.

### **3.9.12. Gênero e evasão escolar (2,8% ou 3 produções)**

As produções buscam compreender a dinâmica e os motivos que levam as mulheres a buscar a Educação de Jovens e Adultos após a evasão do ensino regular, assim como os fatores que as fazem interromper os estudos na EJA. Os estudos concluem que as mulheres vêm enfrentando a exclusão escolar em um sistema educacional que dificilmente contempla as peculiaridades da condição feminina quanto aos aspectos pessoais, de trabalho e de sociabilidade. Portanto, é necessário desenvolver novas estratégias para melhorar o acesso e a permanência dessas mulheres na escola e monitorar sua efetividade ao longo do percurso educacional.

### **3.9.13. Mulheres egressas da EJA no ensino superior (1,9% ou 2 produções)**

As pesquisas nessa temática examinam os elementos que promoveram ou dificultaram a inserção das mulheres da EJA no ensino superior, bem como a trajetória acadêmica e a relação com o saber dessas estudantes na universidade. Os estudos evidenciam que as trajetórias das mulheres são únicas e individuais. Assim, o modo como se apropriaram do saber e do contexto acadêmico, mesmo limitado pelas condições precárias das instituições, é próprio de cada uma e acontece por meio da relação estabelecida com elas mesmas e com os outros.

### **3.9.14. Escolarização e pandemia de COVID-19 (1,9% ou 2 produções)**

As produções analisam os fatores sociais e educacionais nas trajetórias de mulheres na Educação de Jovens e Adultos e os impactos da pandemia de COVID-19. Os resultados indicam que o ensino remoto na EJA não considerou as especificidades dessa modalidade de ensino. As narrativas das mulheres revelam essas consequências, ilustrando como esse período, em função do contexto sociopolítico do país, intensificou as desigualdades de raça, gênero e classe social.

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E FUTURAS DIREÇÕES**

Este artigo analisou a produção acadêmica brasileira que define como tema de pesquisa a questão das mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos. As análises indicam um aumento no número de pesquisas na área na última década e um aprofundamento de alguns temas, como os relacionados a questões de raça. No entanto, outros temas ainda permanecem negligenciados ou sub-representados. A contribuição significativa das regiões Nordeste e Sudeste, especialmente das universidades públicas, destaca a necessidade de desenvolver programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa em Educação de Jovens e

Adultos em outras regiões do país. Além disso, é essencial aumentar e qualificar os incentivos e recursos para promover pesquisas científicas e a formação de pesquisadores, tanto em universidades públicas quanto privadas.

A predominância de mulheres como autoras e orientadoras ressalta sua presença significativa na área da educação, além de refletir um aparente maior interesse em questões de gênero. Ademais, os programas de pós-graduação em Educação e áreas correlatas dominam a produção acadêmica sobre mulheres e EJA. Isso ressalta a necessidade de ampliar o diálogo com campos como as Ciências Sociais, essenciais para entender as dinâmicas de poder, questões de gênero e desigualdades que afetam as estudantes da EJA.

Apesar das produções acadêmicas apresentarem contribuições significativas para a compreensão do tema, algumas limitações foram identificadas, como a ausência de pesquisas sobre mulheres LGBTQIA+, indígenas e com deficiência. Essas lacunas ressaltam a necessidade de ampliar o escopo das investigações para incluir a diversidade de experiências e identidades presentes nas salas de aula da EJA. Por exemplo, novas pesquisas poderiam investigar como as identidades sociais e culturais específicas de mulheres indígenas moldam suas experiências e afetam sua interação com a educação.

Além disso, há um número reduzido de pesquisas que abordam as particularidades das mulheres do campo, das mulheres mães e das mulheres idosas. As produções acadêmicas poderiam examinar com mais profundidade o impacto das demandas do trabalho rural e da maternidade nas oportunidades de acesso à educação e nas estratégias que essas mulheres adotam para enfrentar os desafios da escolarização. Futuras pesquisas devem priorizar a inclusão dessas mulheres sub-representadas, a fim de promover uma educação que reflita a diversidade da sociedade.

Entre os desafios da pesquisa, destaca-se a estrutura das bases de dados utilizadas. Ambas as bases carecem de informações sobre as identidades de gênero dos/as autores/as e orientadores/as, limitando os resultados da pesquisa à dicotomia feminino/masculino. Essa categorização binária pode não refletir toda a complexidade das identidades de gênero, resultando em uma simplificação das realidades individuais. Da mesma forma, as questões raciais também são negligenciadas, uma vez que as bases de dados não contemplam essas informações. É fundamental reformular essas bases para incluir categorias que representem de forma mais completa a identidade das/os pesquisadoras/es, como raça, gênero, orientação sexual e deficiência, promovendo assim uma análise mais inclusiva, representativa e engajada das dinâmicas acadêmicas e sociais.

Quanto à metodologia, futuras produções podem inovar ao incorporar aspectos quantitativos e diversificar os instrumentos de coleta de dados, como análises estatísticas e estudos de caso mistos. Essa necessidade surge devido à padronização metodológica observada nas teses e dissertações analisadas, que geralmente se concentram em estudos qualitativos baseados em entrevistas e questionários. A adoção de abordagens diversificadas pode proporcionar uma compreensão mais abrangente e precisa do tema investigado, enriquecendo a pesquisa com perspectivas e aspectos que uma única metodologia pode não revelar.

Em suma, apesar dos avanços significativos na área, tanto no volume de produção quanto na diversidade dos temas abordados, ainda há desafios importantes a serem superados. Destaca-se, entre eles, a necessidade de uma maior variação metodológica e a inclusão de temas que ainda carecem de atenção. Além disso, expandir as pesquisas para outras regiões e universidades do país pode não apenas equilibrar a distribuição do conhecimento, mas também enriquecer o debate acadêmico com novas perspectivas e realidades. Para alcançar esses objetivos, é necessário que instituições de ensino superior e políticas públicas considerem essas lacunas ao planejar novos programas e iniciativas. Nas universidades, é essencial promover a colaboração interdisciplinar e estabelecer parcerias com outras instituições acadêmicas, uma vez que a troca de experiências e metodologias pode enriquecer as pesquisas futuras.

É igualmente crucial estabelecer mecanismos de incentivo e financiamento direcionados para pesquisas que abordem áreas menos exploradas. Esses esforços podem ampliar o número de estudos e promover uma compreensão mais abrangente das dinâmicas da EJA. Por fim, esta pesquisa bibliográfica indica avanços significativos nas produções acadêmicas sobre mulheres estudantes da EJA, mas destaca a importância de integrar novas e diferentes perspectivas para o avanço do conhecimento no campo. Portanto, é essencial a realização de atualizações constantes do estado da arte para mapear avanços, interesses e lacunas na área. Continuar investigando e expandindo o entendimento sobre essa modalidade de ensino e seus participantes é fundamental para a garantia de uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa.

## 5. REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares**. REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, p. 1-108, 2007.

BARBOSA, P. C. **Quando Maria aprende a ler maria: a fala de um grupo de mulheres do Morro do Borel e da Favela da Indiana, a respeito da alfabetização**. 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico] — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico**. Brasília, DF: Inep, 2024a.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer n. 11, de 09 de junho de 2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Pós-graduação stricto sensu tem mais de 350 mil matriculados**. 2024b. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-stricto-sensu-tem-mais-de-350-mil-matriculados#:~:text=A%20p%C3%B3s%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20stricto%20sensu,e%20doutorado%20no%20%C3%BAltimo%20ano>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sistema de Informações Georreferenciadas CAPES: GeoCAPES**. 2023. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX**. Cadernos Pagu, n. 17-18, p. 157–196, 2002.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Painel de dados CNPq/Lattes - Formação e Atuação por Sexo**. Disponível em: <<http://bi.cnpq.br/painel/formacao-atuacao-lattes/#/pages/sexo>>. Acesso em: 1 ago. 2024.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos CEDES, v. 21, n. 55, p. 58–77, nov. 2001.

DURHAM, E. R. **As universidades públicas e a pesquisa no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes). Universidade de São Paulo, 1998.

EITERER, C. L.; DIAS, J. D.; COURA, M. **Aspectos da escolarização de mulheres na EJA**. Perspectiva, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 161–180, 2014.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GADOTTI, M. **Educação de adultos como Direito Humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, S., (Coord.). **O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986-1998**. São Paulo: Ação Educativa, 2000. 123 p.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108–130, maio 2000.

LIMA, F. V.; WIESE, A. F.; HARACEMIV, S. M. V. **As mulheres da EJA: do silenciamento de vozes à escuta humanizadora**. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 30, n. 63, p. 131-150, jul. 2021.

LIMA, T. C. S. DE .; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálysis, v. 10, n. spe, p. 37–45, 2007.

NARVAZ, M. G.; SANT'ANNA, S. M. L.; TESSELER, F. A. **Gênero e Educação de jovens e adultos: a histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder**. Diálogo, n. 23, p. 93–104, 2013.

OKIN, S. M. **Gênero, o público e o privado**. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 2, p. 305–332, maio 2008.

PAIVA, J.; HADDAD, S.; SOARES, L. J. G. **Pesquisa em educação de jovens e adultos: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos**. Revista Brasileira de Educação, v. 24. Rio de Janeiro, p. 1-25, 2019.

PALÁCIOS, K. C. M.; REIS, M. das G. F. de A. dos; GONÇALVES, J. P. **A mulher e a educação escolar: um recorte da EJA na atualidade**. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 104–121, 2018.

ROSEMBERG, F.; PINTO, R.P; NEGRÃO, E. V. **A educação da mulher no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

SILVA, E. M. L. **Gênero, alfabetização e cidadania: para além da habilidade da leitura e da escrita**. 1998.

SOARES, L. (org.). **Educação de Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIANNA, C. P. **O sexo e o gênero da docência**. Cadernos Pagu, n. 17-18, p. 81–103, 2002.

VIEIRA, M. C.; CRUZ, K. N. **A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos**. Educação, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 45–56, 2017.

VIGANO, S. M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. **A educação de jovens e adultos como um espaço de empoderamento das mulheres**. EJA em Debate. Ano 5, n. 07, 2016.